



Arquivo

Pazzianotto iniciará imediatamente as conversações

Comissão confirma corrupção no IBGE

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Prejuízos de pelo menos Cr\$ 10 bilhões com desvio e encalhe de material, autoritarismo, absoluto descaso pelos dinheiros públicos e fabricação de documentos falsos são algumas das principais acusações ao IBGE da "Velha República" feitas pela comissão de sindicância que apurou irregularidades nos serviços gráficos do Instituto, em Parada de Lucas, segundo informou ontem no Rio, o presidente do órgão, Edmar Bacha. O presidente da comissão, Antônio Carlos Austregésilo de Athayde, disse que as ações irregulares foram desenvolvidas "nos últimos 15 anos", inclusive na gestão anterior à de Bacha, quando era presidente o professor Jessé Montello, subordinado ao ministro Delfim Netto. O IBGE pediu abertura de inquérito policial e apoio ao Tribunal de Justiça do Estado para o enquadramento penal dos responsáveis, o que poderá envolver até mesmo diretores do órgão.

A comissão já solicitou a demissão do antigo superintendente de serviços gráficos, coronel Euromy Telles Pires, além de afastar outros quatro empregados das suas funções de chefia. Destacou, no entanto, que essas medidas não implicam o questionamento da idoneidade desses funcionários, "pois a responsabilidade de cada um será apurada pelo inquérito policial. Mas os afastamentos preliminares não impedem que sejam demitidos".

Irregularidades

A comissão de sindicância do IBGE reuniu-se durante 15 dias úteis e tomou 36 depoimentos nos diversos escalões do órgão e de ex-empregados demitidos mais recentemente e concluiu, em síntese, pela existência de problemas "estruturais", tais como: "absoluta falta de supervisão e controle por parte da administração superior do IBGE dos serviços de editoração e de produção gráfica (incluindo o encalhe de 3,4 milhões de exemplares de publicações, já denunciado anteriormente); inexistência, obsolescência ou descumprimento de normas editoriais e gráficas; grande capacidade ociosa da gráfica durante a maior parte do ano; total falta de segurança quanto ao patrimônio do IBGE, por falta de pessoal treinado e normas disciplinadoras; inchação dos setores burocráticos da gráfica, gerando uma repartição pública com todas as mazelas da Velha República: autoritarismo, absoluto descaso pelos dinheiros públicos, preenchimento de cargos por favoritismo sem observar critérios de competência e probidade; precariedade dos sistemas de segurança patrimonial e pessoal".

Indisciplina

Entre os problemas qualificados de "Circunstanciais" pela comissão destacam-se: falta de disciplina dos empregados e deterioração do poder de comando das chefias; crescente insatisfação dos empregados ante a forma autoritária e discriminatória como eram tratados; abundantes acusações a várias chefias por desvio de material (55 toneladas de chumbo, entre 1984 e 1985, papel de impressão, tinta, gasolina, bombas d'água, compressores de máquinas impressoras; venda irregular de máquinas impressoras; impressão irregular de material para terceiros ou utilização própria (carteiras de oficial de justiça - cerca de duas mil - com direito a porte de arma, impressos para correspondência e blocos para expediente); realização de serviços particulares (de pintura, de eletricidade e outros) na residência de determinadas chefias, com abono de ponto.

Além da demissão, sem justa causa, do superintendente de serviços gráficos, foram afastados os chefes do serviço de impressão e acabamento da divisão de operações gráficas, do setor de impressão e dois empregados que exerciam "funções oficiais de chefia".



Arquivo

Bacha, o presidente atual